

Sugestões incluem dívida e IR

O documento reservado a ser entregue ao governo pede também o controle de preços

LEONEL ROCHA

BRASÍLIA — Suspender os pagamentos dos juros e do principal da dívida externa — caso as reservas cambiais do País fiquem abaixo de um terço das exportações previstas para este ano —, restringir a emissão de moeda, rigoroso controle de preços e criação de uma terceira alíquota de 35% ou 40% para aumentar a arrecadação de imposto sobre as pessoas físicas de altos salários. Essas são as principais sugestões econômicas que constam de documento reservado a ser enviado ao governo pelos partidos que participam do pacto antiinflação coordenado pelo presidente do Senado, Nelson Carneiro.

Além destas medidas, o documento prevê antecipação de recolhimento dos tributos com o parcelamento dos valores atrasados, mais dinamismo nas importações, manutenção do poder aquisitivo dos salários e até uma prestação de contas semanal feita por um ministro da área econômica, durante sabatina com os lí-



José Paulo/AE - 3/7/89

Carneiro, coordenador do pacto: manutenção do poder dos salários

deres de partidos representados no Congresso. A sabatina serviria, segundo o deputado Osmundo Rebouças (PMDB-CE) — um dos redatores do documento —, para avaliação das medidas e dos ajustes a fazer.

No Ministério da Fazenda, assessores do ministro Maílson da Nóbrega receiam que o detalhamento da política econômica pelo Congresso dificulte sua execução. O Legislativo deve formular as linhas gerais de política

econômica, mas ele não tem viés global dos dados e dos efeitos dessas medidas, argumentam os assessores.

A decisão final sobre o conjunto das sugestões econômicas será tomada dia 2 de agosto na reunião com representantes dos partidos que participam do pacto. O PT, PDT, PSB e PC do B não apoiam a iniciativa do senador Nelson Carneiro. O deputado Osmundo Rebouças informou que o conjunto de medidas

pode não ser acatado pelo Executivo. E, mesmo que sejam aceitas, informou o parlamentar, não há garantias de que serão aprovadas pelo Congresso quando forem adotadas pelo Executivo por meio de medida provisória. Há dificuldade até de quórum para a apreciação dessas medidas, lembrou Rebouças.

As políticas salarial e de preços dependem do ritmo inflacionário. Se houver um crescimento das taxas de inflação, preços e salários, informou Osmundo Rebouças, terão de ser reajustados em períodos mais curtos — a cada mês ou a cada 15 dias. Por enquanto, a política salarial fica mantida e o governo deve aumentar o controle de preços, segundo sugestão dos partidos. Outro setor que permanece como está é o da exportação, com minidesvalorizações cambiais diárias.

O documento a ser enviado ao governo prevê a criação do caixa único do Tesouro — previsto no Plano Verão mas não adotado. Esse sistema impede que o Executivo faça pagamentos sem ter dinheiro em caixa, como acontece hoje, quando o Banco Central autoriza a emissão de moeda para o governo honrar seus compromissos internos.